

O ESTILO DE DESENVOLVIMENTO NUM MUNICÍPIO MINEIRO E SEU IMPACTO NA VULNERABILIDADE SOCIAL: O CASO DE TUPACIGUARA

Murilo José de Souza Pires

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2571>

O objeto deste estudo é a cidade de Tupaciguara, que se encontra localizada na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, a aproximadamente 79 km de Uberlândia, que é a cidade-polo da localidade. O município foi fundado há 108 anos, em 1º de junho de 1912. Sua área total é de 1.826.028 km², com uma densidade populacional de 13,9 hab./km². A população atual de Tupaciguara é estimada em 25.327 pessoas, das quais quase 62% são consideradas católicas apostólicas romanas, pouco mais de 14%, evangélicas e 9,5%, espíritas.

Para se compreender um pouco mais sobre a forma de alocação dos fatores de produção em Tupaciguara buscar-se-á nestas linhas verificar em que medida o estilo de desenvolvimento em curso no município está determinando a exclusão de parcela da população dos sistemas produtivos locais, incrementando, por conseguinte, o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, pobreza e baixa renda em anos recentes.

Para compreender um pouco mais sobre esse fenômeno, adotou-se o conceito de estilo de desenvolvimento, que permitiu compreender o fenômeno como sendo reflexo da dinâmica de uma economia periférica. Tal forma de organização econômica é marcada por um processo de heterogeneidade estrutural e produtiva que dilata o hiato existente entre as estruturas que estão em processo de modernização e aquelas que ainda se encontram enraizadas em economias tradicionais e de subsistência. Este é o pano de fundo em que será tecida a narrativa sobre os impactos do estilo de desenvolvimento de Tupaciguara na questão da vulnerabilidade social.

Primeiramente, é importante ressaltar que o processo de produção agropecuário municipal é marcado profundamente pela concentração da produção em culturas como a cana-de-açúcar, soja e milho. Esses cultivos são

mais facilmente adaptados às condições topográficas do relevo tupaciguarense, uma vez que incorporam em seus processos produtivos as inovações tecnológicas provenientes da agricultura científica globalizada, a qual incrementa a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, expande a produção agrícola.

Essa forma de alocar os recursos materiais e humanos demanda uma parcela menor de trabalhadores, visto que os sistemas de produção das culturas dominantes adotam muita inovação tecnológica, especialmente por meio da mecanização no plantio e na colheita. Isso significa que, cada vez mais, há um aumento na produção para atender às exigências provenientes dos elos das cadeias produtivas, em particular dos setores sucroalcooleiros e oleaginosos, porém com menos trabalhadores – sobretudo em uma estrutura fundiária dominada pela média e grande propriedade rural.

Esse descompasso entre oferta e demanda de força de trabalho vai ampliar o hiato existente no mercado de trabalho local, o qual tende a se tornar mais seletivo em decorrência das transformações tecnológicas provenientes seja da agricultura científica globalizada, seja das novas tendências postas pelo padrão da indústria 4.0, que exigirá um trabalhador mais conectado com os saberes relativos a: *i)* sistemas ciber-físicos; *ii)* análise de *Big Data*; *iii)* serviços de computação na nuvem; *iv)* internet das coisas; *v)* internet dos serviços; *vi)* manufatura aditiva; e *vii)* inteligência artificial.

A agricultura familiar, por sua vez, poderia ser uma alternativa para absorver uma parcela da força de trabalho local, porém não é tão pujante no contexto da agropecuária do município, que é marcada, sobremaneira, por culturas vinculadas com padrões intensivos em capital e terra. Por exemplo, a área média dos estabelecimentos agropecuários voltados para a agricultura patronal é mais que undécuplo da agricultura familiar. Assim sendo, em Tupaciguara, além de ter menor área média, a agricultura familiar

ainda tem que sobreviver em meio às culturas de cana-de-açúcar, soja e milho.

Além disso, dos 642 produtores existentes no município em 2017, 64% não receberam nenhuma orientação técnica para incrementarem a produtividade do trabalho em seus estabelecimentos agropecuários. No caso da agricultura familiar, dos 338 estabelecimentos existentes, pouco mais de 76% não receberam nenhuma orientação técnica para melhorar a produtividade do trabalho. Possivelmente, as culturas da cana-de-açúcar, soja e milho estão limitando o incremento da agricultura familiar, visto que o crescimento de sua produção, além de demandar mais capital, precisa incorporar novas áreas ao seu sistema produtivo.

Sem espaço para absorver parcela do excedente de mão de obra no setor agropecuário, o setor urbano torna-se o caminho natural para os trabalhadores ofertarem sua força de trabalho. Isso significa que haverá um crescimento da oferta de trabalho no setor urbano, o qual não apresenta estrutura industrial e de serviços tão dinâmica que consiga absorver o excedente de mão de obra no ritmo necessário para estabilizar o hiato do mercado de trabalho e minimizar o problema do desemprego estrutural.

Isso acontece porque a indústria de transformação tupaciguarense representa 7% do total de empresas existentes no município. Desse total, grande parte está relacionada à fabricação de produtos alimentícios que, mesmo adotando tecnologias ainda rudimentares em seus processos produtivos, não possui força suficiente para absorver parte significativa da força de trabalho local. A indústria de transformação também não é pujante o bastante para dinamizar o mercado de trabalho local e absorver parte desse excedente de mão de obra. Desse modo, o setor de serviços torna-se um canal importante para absorção de parte do excedente da mão de obra, porém com pouca capacidade de oferta de postos de trabalho.

Sendo assim, os dados indicam que a lacuna existente entre oferta e demanda de força de trabalho não consegue ser equalizada, criando, então, um problema de desemprego estrutural, ou seja, uma parcela da força de trabalho não consegue ser realocada no mercado de trabalho em decorrência das exigências das novas tecnologias que são estabelecidas pelo capital aos sistemas produtivos locais. O principal reflexo desse descompasso se estabelece no nível de remuneração dos trabalhadores, haja vista que

cerca de 90% dos habitantes do município têm seus rendimentos nominais mensais concentrados no estrato de até três salários mínimos.

Ademais, grande parte da massa salarial se concentrou naqueles trabalhadores que possuem até o ensino médio completo. Para os padrões da sociedade atual, portanto, são trabalhadores com baixa escolaridade, que não conseguem agregar da forma necessária conhecimento e valor nos processos produtivos das empresas localizadas no município.

O principal resultado de tudo isso é que o processo de formação de renda em Tupaciguara se consolidou em uma situação de altíssima desigualdade e concentração entre os estratos sociais. Quer dizer, a renda concentrou-se nas mãos de poucos em detrimento de uma massa crescente de trabalhadores empobrecidos. Por exemplo, a renda domiciliar *per capita* média do décimo mais rico, em 1991, era quarenta vezes superior à do quinto mais pobre.

Em 2010, essa relação passou para 17,5 vezes, principalmente, porém, por causa das políticas sociais do governo federal, que incrementaram a distribuição de renda em Tupaciguara. O principal reflexo desse estilo de desenvolvimento foi a amplificação da vulnerabilidade social, uma vez que o sistema produtivo tupaciguarense não teve forças suficientes para absorver o excedente da mão de obra.

Grande parte desses trabalhadores que não encontraram emprego e renda no sistema produtivo local passou a viver como lumpesinatos, às margens da sociedade municipal, em condição de pobreza ou extrema pobreza, comumente, apresentando baixíssima escolaridade. Desse modo, em um mercado de trabalho marcado por fortes avanços tecnológicos, a probabilidade de reinserção dessas pessoas a cada dia torna-se menos provável.

Sem uma intervenção mais profunda do poder público, criando condições objetivas tanto para a geração de renda e emprego como também para a qualificação profissional, esses trabalhadores em condições de lumpesinato continuarão vivendo em circunstâncias extremamente precárias e sem perspectivas de melhorar seu bem-estar social.